Clipping

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 29 de janeiro

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 7

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Controle de frequência da Alego é modelo para Minas Gerais, 3

DIÁRIO DO NORTE - GO - CIDADES
CORPORAÇÕES
Choque de gestão na Codego gera economia, 5

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
AGÊNCIAS
Governo deve reparar rodovias danificadas, 6

DIÁRIO DO NORTE - GO - CIDADES
AGÊNCIAS
Governo entrega escrituras de imóveis, 7

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
AGÊNCIAS
Rodovias danificadas podem aumentar o preço do frete, 8

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
ASSUNTOS DE INTERESSE
Novo piso de professores tem impacto de R$ 286 mi, 10

ROTA JURÍDICA - GO - NOTÍCIAS
ASSUNTOS DE INTERESSE
TJGO manda prosseguir licitação da SEE para contratação de serviços de fotocópias e impressões de materiais didáticos, 11

Controle de frequência da Alego é modelo para Minas Gerais



Diretor e servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) visitaram na manhã desta terça-feira, 28, a **Assembleia Legislativa de Goiás** (Alego), com o objetivo de conhecer o modelo de controle de frequência do Poder Legislativo estadual.

Segundo o presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB), o sistema desenvolvido pelo Parlamento goiano é referência no País e já foi adotado por outras três Assembleias Legislativas do Brasil.

"Estamos aprimorando cada vez mais o nosso controle de frequência de servidores, para dar ainda mais transparência aos atos do Poder Legislativo. O modelo da Alego já foi adotado por outras Casas Legislativas do País e tem sido referência para todo o Brasil. Ao longo da nossa gestão continuaremos desenvolvendo outras ações voltadas para o fortalecimento e credibilidade do Poder Legislativo goiano ", declarou o presidente Lissauer.

Recebido pelo diretor de Gestão de Pessoas da Alego, Tasso Honorato Reis; o diretor de Recursos Humanos da ALMG, Theophilo Moreira, estava em companhia de Dayana Guimarães, gerente geral de Administração de Pessoal; e Bruna Souza, responsável pelo processamento de frequência, ambas da ALMG. "Já tive o privilégio de visitar a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e constatar que o sistema deles de gestão de pessoas já é muito bom", ressaltou Tasso Júnior, que deixou tudo preparado para atender os visitantes.

Para melhor orientar os servidores mineiros sobre o sistema de gestão de pessoas adotado atualmente na Alego, Tasso Júnior contou com a participação dos servidores da Casa, Ana Carolina (Carol) e Artur Ferreira Faria Gomes, da Seção de Controle de Frequência; e Gustavo Gomes da Fé, da Diretoria de Tecnologia da Informação (TI).

"Vamos repassar para Theophilo, Dayana e Bruna nosso sistema de ponto eletrônico, frequência manual, todos os procedimentos para levantamento de faltas, de abono de pontos (faltas). E o mais importante, criado pelo nosso corpo de servidores da TI", frisou o diretor.

Theophilo Neto contou à Agência Assembleia de Notícias que já esteve visitando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, Câmara dos Deputados e o Senado Federal em busca de subsídios para melhorar o sistema de gestão de pessoas da ALMG.

"Agora mesmo estivemos aqui em visita ao **Tribunal de Contas do Estado** (TCE), ao Ministério Público Estadual (MPE) e **Tribunal de Justiça de Goiás** (TJGO) com esse mesmo objetivo. Mas estou certo de que os subsídios que levaremos da Alego serão importantes para alguns avanços no trabalho que estamos fazendo à frente da Diretoria de Recursos Humanos da ALMG. Até porque temos conhecimento de que esse

modelo já foi adotado por três Assembleias Legislativas do País, inclusive pelo da Bahia." Presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos em Recursos Humanos dos Legislativos Estaduais (Ansrehl), Theophilo Neto adiantou que pretendia conversar sobre outros assuntos da área com Tasso Júnior. "Estamos, inclusive, atualizando a documentação da associação e, para tanto, contamos com a colaboração do Júnior, que integra a diretoria da Ansrehl." Lembrou que a Ansrehl foi criada pela exdiretora de Recursos Humanos da Alego Jacqueline Nasiozeno Lima, a quem está sucedendo na presidência da entidade.

Site: http://diariodeaparecida.com.br/home/edicao-impressa-no2356/

AVANÇOS

Choque de gestão na Codego gera economia

As boas práticas de gestão implantadas ao longo do ano de 2019 na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO) asseguraram uma economia de R$ 9,2 milhões aos cofres públicos, de acordo com um relatório da Diretoria Financeira da empresa encaminhado ao presidente Marcos Cabral.

Foi realizada uma ampla revisão de contratos, avaliando criteriosamente os serviços demandados, o preço praticado e o paralelo com o mercado privado. Com isso, foi possível reduzir custos em várias áreas, como pessoal e suprimentos, sem comprometer o bom andamento dos trabalhos.

Os mais de nove milhões de reais economizados, de acordo com Cabral, serão utilizados no pacote de investimentos, a ser divulgado em breve pelo governador Ronaldo Caiado. "É um dinheiro importante, que vai auxiliar na recuperação dos distritos industriais já existentes, permitindo a atração de novas empresas ao nosso estado", frisou.

A redução mais expressiva de custeio, de pouco mais de R$ 5 milhões – mais da metade do montante apurado – veio com a finalização de um contrato de uso de software de gestão de processos.

Outra redução expressiva foi no quadro de pessoal, com economia de aproximadamente R$ 3 milhões. Está sendo avaliado ainda um novo plano de cargos, de modo a aproximá-lo da iniciativa privada.

Vigilância privada e publicidade também sofreram quedas superiores a 70%. No caso do primeiro, foi realizada a substituição do serviço terceirizado pela assunção direta, saindo de R$ 555,2 mil de setembro a dezembro de 2018 para R$ 176,8 mil – economia de R$ 378,4 mil. Já a publicidade saiu de R$ 194,9 mil em 2018 para R$ 48,7 mil – redução de R$ 146 mil.

As diárias foram diminuídas pela metade – de R$ 224,9 mil para R$ 112,4 mil e os combustíveis, de R$ 212,4 mil para R$ 140,8 mil – queda de R$ 71,5 mil.

Os materiais de expediente e de limpeza sofreram, respectivamente, redução de 67,85% e 40,9%. Em valores, foram economizados R$ 70,3 mil e R$ 43,3 mil. Ao contrário do que era feito anteriormente, a compra direta desses materiais foi vedada, devendo ser realizada por meio de processo licitatório.

MUDANÇA DE RUMO

Essa política de governança, apoiada pelo governador Ronaldo Caiado, põe fim às práticas realizadas anos a fio, desde os tempos da extinta Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiasindustrial), constantemente alvo de denúncias da imprensa e dos órgãos de controle.

Licitações dirigidas, salários superiores aos praticados no meio privado, ausência de mecanismos de controle interno, entre outras, eram rotina na estatal e não havia o menor interesse em alterar tal realidade.

Enquanto isso, os distritos industriais mantidos pela CODEGO não receberam os investimentos necessários, chegando a um nível de sucateamento estrutural que dificulta a atração de novas empresas, fundamentais ao desenvolvimento econômico do estado e das cidades.

A intenção da nova gestão da estatal de desenvolvimento econômico é recuperar pelo menos 10 distritos industriais ainda em 2020 e avaliar a implantação de outros, focando especialmente os municípios mais pobres de acordo com o Instituto Mauro Borges e o Entorno do Distrito Federal, região historicamente carente.

"Pretendemos implementar um distrito em Santo Antônio do Descoberto, em parceria com a prefeitura, e daremos atenção especial ao Norte e ao Nordeste Goiano, que sempre foram esquecidos pelos demais governos. A meta da CODEGO é garantir o desenvolvimento econômico de todo o estado", finalizou Marcos Cabral.

Governo deve reparar rodovias danificadas

O juiz Marcos Boechat Lopes Filho, da comarca de Israelândia, determinou em despacho que a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) apresente cronograma de execução de obras para reparar a GO-060, entre a cidade de Fazenda Nova e o distrito rural de Piloândia. Após as fortes chuvas que ocorreram no fim de semana, houve um rompimento de bueiro que causou a interdição do trecho.

Em março de 2019, o magistrado, em decisão liminar, determinou a interdição da rodovia para veículos pesados, por causa da má condição do asfalto entre Israelândia e Jaupaci, e na GO-060, entre Iporá e o trevo de acesso à cidade de Moiporá.

Na decisão deste ano, o Juiz voltou ao local para perícia e constatou novos estragos.

Durante inspeção in loco, o magistrado conversou com funcionários da empresa Rodocon, contratada para a realização da manutenção da estrada, e foi informado de que as obras estão previstas somente até o trevo para a cidade de Fazenda Nova, de forma que a reconstrução da rodovia não vai chegar às cidades de Israelândia e Iporá, como constava no contrato divulgado pelo Estado.

(Especial para O Hoje)

Site: http://flip.ohoje.com/public/impresso/4827/4827.pdf

Diário do Norte

EM GOIÂNIA, NO REAL CONQUISTA E MADRE GERMANA II

Governo entrega escrituras de imóveis

Com a experiência em comum de muitas dificuldades vivenciadas na luta pela moradia, 902 famílias do Residencial Real Conquista e Madre Germana II, na região Sudoeste de Goiânia, colocaram no sábado (25) ponto final numa trajetória de incertezas com a conquista da escritura registrada de seus imóveis. "Meu sentimento hoje é de respeito. A coisa mais importante é ter um endereço, uma residência fixa, e provar com documento que ela é nossa. A escritura é mais uma confiança que a gente tem na casa", contou entre lágrimas o agricultor aposentado José Ramos, 65 anos, acompanhado da esposa Celian da Conceição Ramos, 61 anos.

Juntamente com outras 463 famílias do Real Conquista, o casal recebeu a escritura em solenidade comandada pelo governador Ronaldo Caiado, na Escola Municipal Renascer. José Ramos e Celian moram há 12 anos no Real Conquista e sempre sonharam com a escritura. "Viemos da ocupação do Itaipu, onde vivemos quatro anos em barracas improvisadas, com todo tipo de dificuldade. Mas tivemos que enfrentar. Muito calor, falta de tudo. E se chovia, a gente ficava no relento", relembrou Celian. Aos poucos, a família conseguiu ampliar a casa, que hoje tem cinco quartos e condições de abrigar os seus 11 moradores: "Moram com a gente um filho, sete netos e um sobrinho. Estamos muito felizes com a escritura", acrescentou José Ramos. Durante a entrega de escrituras, o governador Ronaldo Caiado reafirmou o compromisso com a regularização fundiária e anunciou que destinou R$ 3 milhões em 2020 para que a Agehab avance com o programa de legalização de bairros e escrituração dos imóveis implantados em áreas do Estado. "Uma família sem uma casa não tem estabilidade, não tem um porto seguro, não tem acolhimento", disse o governador.

O presidente da Agehab, Eurípedes do Carmo, destacou que a meta estabelecida pelo Governo de Goiás é de entregar até o final da gestão 14 mil escrituras. Conquista de uma vida.

A história de luta é a mesma da família da cabeleireira Floracy Maria da Silva Gomes, 47 anos. Com o marido Joaquim Elias, 60 anos, e dois filhos, viveu o medo no tempo da ocupação no Parque Oeste e depois todo tipo de dificuldade em um bairro em seu início, sem asfalto, escola e ônibus.

Rodovias danificadas podem aumentar o preço do frete

Igor Caldas

A GO-060 foi atingida pelas chuvas essa semana e sofreu alagamento e desmoronamentos. Um trecho da via entre os municípios de São Luís de Montes Belos e Israelândia está interditado nos dois sentidos da pista. A interdição aconteceu após um bueiro ceder e causar uma erosão, durante as fortes chuvas que atingiram a região Oeste do Estado. Na GO-070 houve desmoronamento e uma enorme cratera se formou. Os danos revelam a falta de manutenção preventiva que deveria ser feita nas rodovias goianas ao longo do ano. Motoristas de caminhão prevêem aumento no preço do frete se os reparos demorarem.

Até o final de fevereiro, a produção agrícola vai aumentar por causa do período de safra e os agricultores, assim como 73% das cargas do país, dependem das rodovias para escoar sua produção. "Estamos em pleno contato com a Goinfra, fazendo a interlocução e apresentando as rodovias mais problemáticas, que estão prejudicando os produtores, principalmente nesse momento que a colheita começa a se avolumar", afirma o Alexandro Santos, analista técnico do Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária em Goiás (IFAG).

Ele afirma que a situação é a mesma todos os anos no período chuvoso. "Infelizmente, essas rodovias, assim como outras do país, enfrentam o problema do impacto da chuva". Alexandro diz que são rodovias que vem sendo recuperadas ao longo dos anos, mas o material de baixa qualidade somado ao alto fluxo de veículos em algumas destas vias faz com que a infraestrutura fique comprometida no período de chuvoso.

O analista diz que o mais sensato a fazer é aguardar um momento mais propício quando poderia haver uma diminuição do volume de chuvas para realizar reparos mais contundentes. "Infelizmente, nesse momento não podemos fazer muita coisa. Recapeamento ou uma operação tapa-buracos mais incisiva é complicado porque a chuva vai continuar a desfazer o trabalho". Ele diz que espera que o volume de chuvas comece a diminuir a partir da primeira quinzena de fevereiro. Ele ressalta que a Faeg está em pleno contato com a Goinfra para apresentar as vias que mais comprometem o escoamento dos produtores.

Aumento do frete

De acordo com o Presidente da Associação de Condutores de Veículos Automotores (ABRAVA), Wallace Landim, conhecido como Chorão, o período chuvoso afeta a circulação nas rodovias em âmbito nacional. "Sempre afeta todas em nível nacional, mas em Goiás a gente vê essa dificuldade, principalmente devido a falta manutenção das estradas". Ele afirma que se o reparo das vias demorar, a elevação do preço do frete é inevitável.

Chorão afirma que a ABRAVA tem feito um levantamento de onde estão os locais onde mais sofreram danos das chuvas para priorizar vias que possuem menos dificuldade de percurso e aferir o quanto o preço do frete vai subir ou não. De acordo com ele, o valor sobe porque a dificuldade de circulação encarece o transporte.

"Já estamos lutando para cobrar que se cumpra a lei do piso mínimo do frete, mas com essa infraestrutura precária piora muito. O pessoal que faz a rota e a gestão dos fretes está compartilhando esse posicionamento", afirma. Segundo o presidente da ABRAVA, o levantamento tem sido feito através dos próprios motoristas que alertam problemas nas rodovias através de grupos de WhatsApp para que os reparos possam ser cobrados do Poder Público.

"O pessoal está encaminhando vídeos para cobrar reparos nas travessias de pontes, buracos acostamentos, como aconteceu na entrada da GO-060". Ele ressalta que é um problema que logo vai obstruir o fluxo, pois a rodovia liga o estado de Goiás ao Mato Grosso. "Agora, com a aproximação da safra, a preocupação em relação a segurança dos motoristas e do aumento do frete são as prioridades".

Ele destaca que a época da chuva revela a situação de precariedade das estradas. "Nessa época a dificuldade para os caminhoneiros é muito grande. Falta manutenção preventiva todo ano e é por isso que a gente vive sofrendo com os danos da chuva". Chorão cita o exemplo da região onde trabalha, próximo ao município de Catalão. "Quantos acidentes poderiam ser evitados aqui na GO-330, que liga Catalão a Goiânia? A dificuldade de escoamento da produção em Rio Verde também persiste".

Ele afirma que a Associação esteve junto com o governador no ano passado na região de Rio Verde para realizar um levantamento e mobilizar uma operação tampa-buraco realizada pelo poder público. "No entanto, nesse momento, a tapa-buracos não vai resolver nada. A chuva acaba com o trabalho. Tem que ser feita a manutenção preventiva ao longo do ano.

O vice-presidente do Sindicato Rural de Rio Verde, Ênio Fernandes, afirma que as chuvas estão causando mais estragos nas estradas vicinais, municipais e estradas de terra. "Os transtornos são enormes, a dificuldade logística crescente, como também risco de acidentes. A safra está somente no início, somente 5% foi colhida, mas em persistir esta realidade teremos muita dificuldade no transporte da safra. No fim do dia os custos de produção sobem muito. Precisamos sensibilizar os gestores públicos da necessidade de manutenção preventiva".

Ainda segundo ele, o maior desafio é convencer os prefeitos a investirem em manutenção das estradas em um momento de dificuldade financeira.

Governo deve reparar rodovias danificadas

O juiz Marcos Boechat Lopes Filho, da comarca de Israelândia, determinou em despacho que a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) apresente cronograma de execução de obras para reparar a GO-060, entre a cidade de Fazenda Nova e o distrito rural de Piloândia. Após as fortes chuvas que ocorreram no fim de semana, houve um rompimento de bueiro que causou a interdição do trecho.

Em março de 2019, o magistrado, em decisão liminar, determinou a interdição da rodovia para veículos pesados, por causa da má condição do asfalto entre Israelândia e Jaupaci, e na GO-060, entre Iporá e o trevo de acesso à cidade de Moiporá. Na decisão deste ano, o Juiz voltou ao local para perícia e constatou novos estragos.

Durante inspeção in loco, o magistrado conversou com funcionários da empresa Rodocon, contratada para a realização da manutenção da estrada, e foi informado de que as obras estão previstas somente até o trevo para a cidade de Fazenda Nova, de forma que a reconstrução da rodovia não vai chegar às cidades de Israelândia e Iporá, como constava no contrato divulgado pelo Estado. (Especial para O?Hoje)

Site: http://www.ohoje.com/noticia/cidades/n/173320/t/rodovias-danificadas-podem-aumentar-o-preco-do-frete

Novo piso de professores tem impacto de R$ 286 mi

PREFEITURAS Segundo a Federação Goiana dos Municípios, prefeitos não vão conseguir arcar com reajuste por falta de dinheiro ou para não ultrapassar limite de gasto com pessoal previsto na LRF

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

O reajuste de 12,84% no piso salarial dos professores, determinado pelo governo federal no início deste ano, deve ter impacto de R$ 286 milhões para as cidades goianas, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Com o porcentual, o piso do magistério brasileiro passa de R$ 2.557,74 para R$ 2.886,15. Apesar de entidades que representam prefeitos afirmarem que apoiam a valorização dos profissionais da educação, o anúncio do reajuste com dois dígitos causou reação negativa entre chefes do Executivo, que afirmam não ter dinheiro para arcar com o aumento. Goiás tem o 12º maior impacto entre os Estados brasileiros.

O reajuste anual do piso do magistério público da educação básica está previsto na Lei 11.738, de 2008. A norma está em vigor desde 2009, ano em que o salário da categoria foi de R$ 950. A base para o cálculo é o valor mínimo por aluno dos dois anos anteriores, estipulado de acordo com as estimativas anuais das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De acordo com o Ministério da Educação, o valor foi de R$ 3.440,29, em 2019, e de R$ 3.048,73, em 2018.

O presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB), afirma que a maior parte das cidades não poderá pagar o porcentual. "As que conseguirem, vão ultrapassar o limite de gastos com a folha, determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 60%. Entendemos a importância da valorização dos professores, mas não temos de onde tirar mais dinheiro." Haroldo afirma que o cálculo do reajuste do magistério torna a situação inviável para os municípios. Haroldo defende que um indicador diferente seja utilizado para determinar o porcentual ou que os próprios municípios sejam responsáveis por determinar o reajuste.

Outro argumento utilizado é que o Fundeb não tem o repasse corrigido na mesma proporção que o salário, encolhendo o valor disponível nas prefeituras para investimento em educação. Segundo Haroldo, o reajuste do fundo para 2020 foi de cerca de 5%. "O governo federal nos transfere uma série de responsabilidades e não nos repassa dinheiro para isso. Hoje, eu recebo R$ 0,36 para comprar merenda escolar por aluno, o que é impraticável. A União dá cortesia com o chapéu alheio ao conceder o reajuste de 12,84% para os professores, e não disponibilizar dinheiro para isto".

> *A União dá cortesia com o chapéu alheio ao conceder o reajuste de 12,84% para os professores, e não disponibilizar dinheiro para isto"*
>
> **Haroldo Naves (MDB), presidente da FGM**



Diomício Gomes



Haroldo Naves, presidente da FGM: "Não temos de onde tirar mais dinheiro"

CARREIRA

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, afirma que esta reação dos prefeitos em relação ao reajuste dos professores é comum quando o porcentual definido pelo governo federal é significativo. Bia diz ainda que os 12,84% incidem sobre a carreira e não delimita apenas o valor de R$ 2.886,24 como o piso do magistério. "É desta forma que interpretamos a lei que regulamentou o piso salarial da nossa categoria. O valor precisa ser reajustado para todos e não apenas para quem ganha menos. Se não for assim, o piso é tratado como teto, o que desrespeita a nossa carreira", afirma a presidente.

Bia diz também ser fundamental que o Estado de Goiás pague o salário dos professores com o reajuste. Segundo a presidente, os municípios costumam replicar a atitude do governo estadual. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, afirmou que o impacto econômico do pagamento do novo valor pode chegar a R$ 500 milhões ao ano e anular a expectativa de economia de R$ 400 milhões para 2020, consequência da reforma da Previdência.

A reportagem tentou contato com Cristiane, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. O POPULAR também questionou a assessoria de imprensa da Secretaria da Economia sobre quando o reajuste começaria a ser pago e o impacto financeiro, mas foi informado que estudos sobre o assunto ainda estão em andamento. Segundo Bia, o governo de Goiás estuda pagar reajuste menor do que o determinado pelo Ministério da Educação. "Não vamos aceitar", diz a presidente.

Municípios descartam pagar novo valor de imediato

A Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto, no Entorno do Distrito Federal, enfrenta dificuldades para finalizar o pagamento da folha de dezembro de 2019 de servidores da Educação. Com isso, não há previsão para reajustar o salário dos professores em 12,84%, conforme determinou o governo federal. No município, todo o valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Servidores da Educação (Fundeb) é destinado à folha e mesmo assim a prefeitura precisa usar o caixa do município para este fim. "Não houve planejamento no passado e a arrecadação não é suficiente. Teremos que esperar para conseguir pagar o reajuste dos professores", afirma a secretária municipal de Educação, Helena Costa. Em Niquelândia, a situação é semelhante. O município está com uma folha atrasada desde quando o prefeito, Fernando Cameiro (PSD), assumiu o cargo, em junho de 2018, após eleição suplementar. Segundo o secretário de Finanças, Francisco Ferreira da Silva, o reajuste dos professores aumentará a despesa do município em R$ 250 mil por mês. "Não conseguiremos pagar agora. Vamos tentar negociar."

TJGO manda prosseguir licitação da SEE para contratação de serviços de fotocópias e impressões de materiais didáticos

O juiz substituto em segundo grau Fábio Cristóvão de Campos Faria determinou que o procedimento licitatório feito pelo Estado de Goiás, a fim de selecionar empresa para atender a Secretaria Estadual de Educação com serviços de fotocópias e impressões de materiais didáticos, deve prosseguir normalmente. A licitação havia sido suspensa a pedido de uma empresa que perdeu o pregão eletrônico e havia alegado irregularidades no certame. O valor do contrato, que vai durar 30 meses, chega à cifra de R$ 4 milhões e envolve o interesse de mais de 400 mil estudantes da rede estadual de ensino público.

Na decisão, que suspendeu liminar proferida anteriormente, o magistrado considerou que houve adequação aos termos do edital e do contrato administrativo, "como, por exemplo, a afirmação da empresa vencedora de atender os serviços licitados, vinculando a obrigação de prestar o serviço em conformidade com o descrito no termo de referência".

Fábio Cristóvão também ponderou que o período escolar vai começar na próxima quinta-feira (30) e a prestação de serviço prevista no edital envolve interesse público. "É uma reflexão que deve ser feita por todos aqueles chamados controladores, balancear os interesses em jogo: suspender um procedimento licitatório já concluído ou admitir o saneamento de eventual irregularidade - ato que já foi providenciado pela administração estadual - para possibilitar a continuidade do serviço de educação pública, in casu, essencial à população jovem, essa última opção conspira em prol do interesse público". Fonte: TJGO

Processo 5535098.14.2019.8.09.0000

Site: https://www.rotajuridica.com.br/tjgo-manda-prosseguir-licitacao-da-see-para-contratacao-de-servicos-de-fotocopias-e-impressoes-de-materiais-didaticos/